

A LUTA PELA EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA ENTRE OS KAIOWÁ/GUARANI DE MATO GROSSO DO SUL

Veronice Lovato Rossato*

APRESENTAÇÃO

Pretendo, neste trabalho, mostrar a caminhada dos Kaiowá/Guarani, em Mato Grosso do Sul, durante o período de 1985 a 1996, rumo à educação escolar diferenciada, à conquista de escolas indígenas próprias, à construção do Movimento dos Professores Kaiowá/Guarani, assim como a contribuição do CIMI - Conselho Indigenista Missionário - neste processo, principalmente na formação dos professores indígenas.

INTRODUÇÃO

Historicamente, no Brasil, aparecem três modelos de educação escolar nas áreas indígenas, segundo Mariana Leal FERREIRA (1992): *Assimilacionista* - as línguas e culturas indígenas são vistas

* Mestranda em Educação pela UNESP, integrante do Programa Kaiowá/Guarani por intermédio da parceria UCDB e Diocese de Dourados/CIMI.

como obstáculos a serem eliminados a fim de que o índio possa ser mais facilmente assimilado à sociedade nacional, substituindo sua identidade étnica pela de “cidadão aculturado”. A língua de alfabetização é a portuguesa. *Integracionista* - as línguas e culturas indígenas são vistas como “ponto de transição” para o aprendizado da língua e cultura oficiais, devendo o índio ser integrado à sociedade nacional. A língua indígena é usada na alfabetização somente para facilitar a integração. *Pluralista* - instrumento de autodeterminação, que não só reconhece e valoriza as culturas indígenas mas, principalmente, a sua real dimensão sócio-histórica e política, como partes e constituintes de um país multiétnico e plurilíngüe.

Este último modelo tem sido vivenciado, nos últimos 20 anos, em algumas experiências escolares levadas a efeito pela atuação de grupos indígenas e não-índios ligados, principalmente a algumas ONGs e Universidades. Só a partir de 1988, com a nova Constituição Brasileira, esse modelo passou a ser reconhecido oficialmente e incentivada a sua implantação. Fica estabelecido um novo quadro jurídico em relação aos índios, superando, de vez, o conceito de integração, garantindo o direito à diferença e à autonomia (Artigos 22, 210, 215, 231, 232), cabendo ao Estado o dever de proteger esses direitos.

A partir da Lei Maior, outras leis, decretos e portarias foram sendo incorporados à jurisprudência brasileira, garantindo e regulamentando o direito à uma “*educação escolar indígena, intercultural, bilíngüe, específica e diferenciada*” (MEC, 1993).

Cabe citar aqui o Decreto 26/91, a Portaria Interministerial 559/91, as Portarias 60/92 e 490/93, as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena e o Plano Decenal de Educação para Todos - de nível federal; o Artigo 251 da Constituição Estadual/89 do Mato Grosso do Sul e as Diretrizes Gerais para a Educação Escolar Indígena no MS - de nível estadual.

É importante ressaltar que estas formulações legais foram resultado de um processo de elaboração coletiva de inúmeras institui-

ções de apoio ao índio, de Universidades, de órgãos governamentais e, principalmente, fruto do trabalho de dezenas de organizações indígenas, baseadas nas aspirações de suas comunidades, seus professores e suas lideranças.

EM MATO GROSSO DO SUL

A escolarização oficial, mantida por prefeituras, Funai e missões evangélicas, em sua grande maioria assessorados pelo SIL (Summer Institut of Linguistics), ainda hoje segue, com raras exceções, os dois primeiros modelos, com bastante resistência à implementação dos novos conceitos educacionais e das recentes disposições legais em vigor.

Este tipo de prática histórica, ligada aos antigos modelos, levou as comunidades indígenas a uma cristalização de conceitos quanto ao papel e finalidade da escola, segundo a qual qualquer tentativa de resgate cultural ou trabalho bilíngüe era entendido como retrocesso e atraso. Negava-se assim a possibilidade de um outro “modelo” mais adequado à sua realidade, à sua cultura e à expectativa de futuro como sociedades etnicamente diferenciadas, porém inseridas num contexto de diálogo intercultural.

Na contextualização da realidade escolar Kaiowá/Guarani do MS é importante salientar que os líderes religiosos têm destacado a influência da escola como um dos fatores que interferem no aprendizado do sistema Kaiowá/Guarani por parte das crianças. Efetivamente, a escola tem exercido, até o presente momento, um papel descaracterizador da cultura Kaiowá/Guarani, o que, ao lado de outros fatores, pode levar a conseqüências mais drásticas, tais como o alcoolismo, a violência, o suicídio, etc.

Para situar, alguns dados estatísticos sobre a realidade escolar dos Kaiowá/Guarani no MS:

São 22 comunidades Kaiowá/Guarani que, segundo a FUNAI (1995) somam 26.609 pessoas, localizadas na região sul do Estado, principalmente na fronteira com o Paraguai. Deste total, 6.247 são crianças de 05 a 14 anos, das quais 3.188 freqüentavam a escola em 1995 (CIMI, out. 95). Devido à divergência dos resultados dos levantamentos, estes dados são aproximados. Ou seja, do total da população, 23,48% são crianças de 05 a 14 anos, e destes, 51,03% estão na escola. Isto quer dizer que quase a metade das crianças que poderiam estar estudando, não estão. As causas estão na evasão escolar; na saída da família toda para trabalhos fora da aldeia; na saída dos meninos de 12 anos ou mais para as destilarias, ou para casar; na falta de salas de aula e de professores; muitas vezes, atribui-se a ausência dos alunos à falta de motivação dos pais e da comunidade, à divergências internas, à falta de merenda escolar, ao jeito (“branco”) do professor trabalhar com os alunos e à inadequação da escola ao jeito de ser e às expectativas dos Kaiowá/Guarani.

Quanto aos alunos que freqüentam a escola de 5^a a 8^a séries, levantamento (CIMI, 1996) feito junto às escolas nos municípios onde tem área indígena na região, indicam um número de 129 estudantes Kaiowá/Guarani. Estes poucos alunos que resolvem continuar os estudos, têm que estudar na escola da Missão Presbiteriana, ou fora da aldeia, enfrentando toda sorte de dificuldades, conhecidas de todos os jovens do meio rural, acrescidas do preconceito e da discriminação, levando-os, muitas vezes, a esconder a própria identidade ou a abandonar a escola. Apenas a Escola Guarani, de Amambai, oferece o primeiro grau completo e também a Escola da Missão, em Dourados, mas esta atende não só alunos Kaiowá/Guarani, mas também Terena, Xavante, Kadiwéu e não-índios.

Hoje, a maioria dos municípios têm escolas dentro das áreas, ou em convênio com a Missão Alemã Unidas (Pirajui e Douradina) e com a Missão Presbiteriana (Dourados, Sassoró, Takuapery, Porto

Lindo, Caarapó, Amambai), ao lado das áreas. Com exceção das escolas que atendem às reservas de Dourados, de Amambai e de Limão Verde, as demais são salas que funcionam como extensões ou anexos de escolas rurais ou urbanas situadas geralmente nas sedes dos municípios, e subordinadas aos regimentos, currículos e administrações destas. Algumas comunidades, em conflito de terra ou fora de suas terras, ainda não têm escola, como em Juty e Aroeira.

Dos 60 professores Kaiowá/Guarani (dados das secretarias municipais), que hoje lecionam, a maioria só logrou concluir o primeiro grau em 1996, num curso supletivo. Apenas alguns professores Kaiowá/Guarani, que trabalham em Dourados, estão cursando ou já concluíram a faculdade ou o Magistério regular.

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA

Entre os Kaiowá/Guarani do Mato Grosso do Sul, a consciência da necessidade de se construir uma escola indígena própria e diferenciada ocorre devagar, no ritmo deles próprios, dependendo do fôlego das instituições envolvidas no processo e, principalmente, do movimento dos professores indígenas. A partir de 1978 e, mais intensamente, desde 1985, implementaram-se iniciativas isoladas de experiências escolares “alternativas” com princípios do “terceiro modelo” e de formação de professores Kaiowá/Guarani, levadas a efeito por entidades indigenistas não oficiais, o Conselho Indigenista Missionário - CIMI e a Operação Anchieta - OPAN (hoje Operação Amazônia).

A ação que o Cimi sempre se propôs a fazer é no sentido de desenvolver junto às lideranças Kaiowá/Guarani um trabalho de conscientização política sobre o papel da escola, o direito ao ensino bilíngüe com a valorização das línguas e culturas indígenas, a valorização

e a formação do professor indígena e a criação de escolas indígenas próprias, específicas e diferenciadas. Além disso, sempre empenhou-se junto às instituições oficiais de ensino, no sentido de implementar, no Estado, reformulação da política educacional indigenista e da prática pedagógica nas escolas em áreas indígenas.

Foram realizadas experiências escolares “alternativas” em Caarapó, Rancho Jacaré, Guaimbé, Amambai, Juty, Aroeira, Pirakuá, Dourados, Cerrito, Porto Lindo, Sessoró, Jaguapiré, Pirajui, Paraguassu. As escolas - chamadas “comunitárias” - eram construídas pelas comunidades, com ajuda do Cimi que também fornecia material escolar e uma pequena ajuda em alimentação aos professores.

Este esquema, entretanto, não agradava às comunidades. Começou-se a insistir para que as Prefeituras Municipais assumissem as escolas, contratando os professores, trazendo merenda e construindo escolas. Algumas prefeituras até contrataram os professores, mas o fizeram ou por um espécie de “desencargo de consciência” (Caarapó, Aroeira, Ponta Porã), ou exigindo resultados no espaço de um ano (Dourados), ao fim do qual tinham argumentos para desacreditar a experiência, dizendo que não deu certo.

O reconhecimento oficial das escolas sempre foi uma aspiração geral nas comunidades Guarani, pois, segundo eles, imprime prestígio e legitimidade às iniciativas. Mas, quando se transformavam em oficiais, essas escolas comunitárias se esvaziavam de sua característica diferenciada. É justamente essa passagem que ocasiona entraves, em grande parte, ao processo de autonomia e conquista de uma escola própria, pois atrela e subordina os professores e a própria comunidade à burocracia e às ingerências da política local e regional.

Em documento enviado ao Secretário Estadual de Educação (1995), a Comissão dos Professores Kaiowá/Guarani destaca alguns destes problemas de ingerência local:

“Muitas prefeituras consideram mais as escolas da Missão do que as nossas. Para as escolas da Missão as prefeituras dão toda assistência necessária: material escolar, merenda, reforma do prédio, pagamento dos professores, etc. Mas, se a proposta de escola for bilíngüe e diferenciada, (...) não dão apoio, como já aconteceu em Dourados, Caarapó, Juti, Ponta Porã, Tacuru e Aroeira.”

Os motivos alegados para a não aceitação de uma escola bilíngüe e diferenciada, eram a não existência de regimento escolar, currículo e calendário específicos e a falta de legislação que regulamentasse essa questão. Em setembro de 1995, o Conselho Estadual de Educação regulamentou a questão, pondo um fim a estas alegações.

Desde 1989, os Kaiowá/Guarani lutam pela implantação **oficial** de escolas **regulares**, próprias, com regimentos, calendários e currículos escolares diferenciados. Amambai e Limão Verde foram as únicas comunidades que, depois de seis anos de luta de seus professores e lideranças, conseguiram oficialmente a criação de uma escola própria, com características diferenciadas e gerenciada por eles mesmos.

Os demais professores e lideranças das outras comunidades estão, desde 1993, estudando a elaboração de um regimento escolar próprio, que agora está sendo discutido e particularizado em cada comunidade, pela necessidade de definir o perfil oficial de suas escolas, para futura regularização. Essa é uma decisão que eles não querem tomar com pressa, para que não fique apenas no papel. Muitos manifestam a vontade de primeiro experimentar ações diferenciadas, para depois registrarem em documento, tal como vêm fazendo, como, por exemplo, com calendário diferenciado, alfabetização em Guarani, escolha de conteúdos, algum material próprio, etc.

No entanto, a partir de 1996 vem emergindo com mais clareza um outro problema. Pouco adianta terem regimentos, calendários ou mesmo uma prática pedagógica diferenciada se as escolas onde atuam não forem próprias, ou seja, se não deixarem de ser anexos de outra escola que não é indígena. Enquanto persistir esta situação,

não poderão exercer o gerenciamento de suas escolas, permanecendo subordinados à vontade política de uma direção que, na maioria das vezes, é preconceituosa e/ou ignorante em relação às possibilidades escolares já garantidas em lei.

Apesar de difícil, a luta dos professores indígenas para assumirem as escolas tem dado resultados positivos. Atualmente, praticamente todas as escolas em áreas Kaiowá/Guarani já têm em seus quadros professores. São cerca de 75 professores desta etnia em sala de aula, embora muitos ainda trabalhando do “*jeito do branco*” como eles mesmos dizem (geralmente pelos motivos já mencionados). As escolas que contratam mais professores Kaiowá/Guarani. são as de Amambai e Limão Verde, com 31 (1996), inclusive exercendo a direção e coordenação pedagógica da escola.

Até o momento, no entanto, os índios ainda necessitam disputar lugar com professores brancos, conforme destacam em documento enviado ao Secretário de Educação (1995):

“Algumas prefeituras continuam contratando professores brancos em vez de (...) contratar professores Guarani/Kaiowá.(...) Os professores brancos não entendem nada da nossa cultura, não falam a nossa língua e só querem saber de mudar o nosso jeito de ser e de viver, botando na cabeça de nossas crianças a idéia do individualismo e de que a nossa cultura não presta, que só a dos brancos traz sucesso e progresso na vida. Não é esse o futuro que queremos para nossas crianças, para nosso povo.”

Os argumentos usados pelas prefeituras para a não contratação de professores Kaiowá/Guarani é a sua baixa escolaridade, a falta de

capacitação e a impossibilidade de contratação sem concurso público.

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES KAIOWÁ/GUARANI

Em 1985 o Cimi iniciou a formação de dois alfabetizadores kaiowá, chamados “monitores”, na aldeia de Caarapó, abrindo espaços concretos para que eles próprios fossem os protagonistas deste processo, no rumo de sua autodeterminação.

Até esta data, eram raros os professores Guarani nas escolas em áreas indígenas, os quais eram formados pela Missão Presbiteriana e com orientação integracionista; a língua usada era só o Português. Geralmente, quando não havia professor branco para dar aula na aldeia, simplesmente não havia escola, como nas aldeias Rancho Jacaré e Guaimbé.

Entre 1987/88 o Cimi estendeu o programa de formação de professores para outras aldeias. Alguns índios e lideranças preocupados com a questão, começaram a participar de cursos específicos de capacitação para alfabetização, pelo método Paulo Freire, e depois, já na linha construtivista, junto com lavradores não-índios, promovidos pela CPT Regional (Comissão Pastoral da Terra). Os profissionais do Cimi acompanhavam esse grupo, tentando adequar os conteúdos ali ministrados às especificidades da realidade dos índios, embora sabendo que não era a melhor solução.

Concomitantemente, a partir de 1987, a Opan continuou o trabalho iniciado pelo Cimi em Amambai, tendo como resultado a formação de quase vinte professores indígenas.

Depois deste início, os cursos, só para índios, passaram a contar com assessorias esporádicas também da UFRJ, UFMS, Centro Mari, UNICAMP. Havia encontros regulares para estudo e acompanhamento nas áreas em suas atividades escolares e docentes e na confecção de material escolar em língua Guarani, sempre assessorados pelo Cimi.

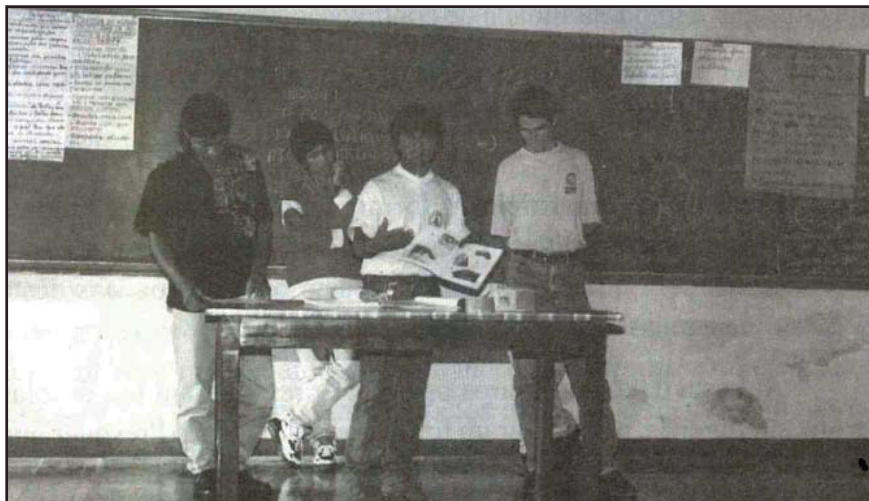


Foto: José Manfrói

Curso para alfabetizadores, promovido pelo Colegiado de Educação Indígena e financiado pelo Programa Kaiowá/Guarani.

A participação do Cimi em todos os momentos oficiais ou não, convidado ou não, fornecendo subsídios, trazendo assessorias especializadas e, principalmente, levando as reivindicações dos índios, ou assegurando a presença deles próprios, em nível nacional e regional, contribuiu bastante para a tomada de consciência dos representantes de órgãos públicos e acadêmicos, e para a elaboração de normas, leis e ações que garantam o direito a uma educação escolar indígena, específica, bilíngüe e intercultural, tal como foi explicitado nas Diretrizes Nacionais do MEC para a educação escolar indígena.

A partir de 1991, quando, por força do Decreto 26/91, a educação escolar indígena sai das mãos da Funai e passa a ser encargo do MEC, a Secretaria Estadual de Educação começa a se envolver na questão, apoiando e promovendo alguns eventos, em parceria com o Cimi. Em 1994, a UFMS, em parceria com a SEE e o Cimi, entra oficialmente no processo, coordenando um curso de capacitação de professores Kaiowá/Guarani não possuidores de primeiro grau completo, cuja última etapa encerrou-se em julho de 1995, formando

quarenta alunos em nível de primeiro grau.

Em maio de 1996, as articulações do Cimi também levaram à formação de uma parceria entre UCDB, UFMS e Diocese de Dourados, as quais firmaram um protocolo de intenções para a continuidade do programa de acompanhamento à educação escolar Kaiowá/Guarani. A próxima e prioritária ação, muito esperada pelos professores indígenas, e que já está sendo preparada, é um curso de magistério parcelado, destinado aos professores Kaiowá/Guarani.

O MOVIMENTO DOS PROFESSORES KAIOWÁ/GUARANI

Este trabalho de formação dos professores Kaiowá/Guarani, que iniciou com apenas dois, já propiciou uma organização de mais de cinquenta professores cuja representação é a Comissão dos Professores Kaiowá/Guarani, que já ganhou força e prestígio regional e mesmo nacional, fazendo-se presente em todas as frentes desta luta.

Em 1989 aconteceu o primeiro encontro sobre educação escolar, juntamente com as lideranças Kaiowá/Guarani, quando já levantaram os principais problemas das escolas e as exigências para uma escola melhor e mais adequada para a sua cultura e o seu meio. Em 1991, os Guarani realizaram o I e o II Encontro de Professores e Lideranças Kaiowá/Guarani, onde definiram as linhas principais do seu pensamento sobre a questão:

“...queremos uma escola própria do índio, ... dirigida por nós mesmos,... com professores do nosso próprio povo, que falam a nossa língua...”

“A comunidade deve decidir o que vai ser ensinado na escola, como vai funcionar a escola e quem vão ser os professores.”

“A nossa escola deve ensinar o Ñande Reko (nosso jeito de viver, nossos costumes, crenças, tradição), de acordo com nosso jeito de trabalhar e com nossas organizações.”

“Os currículos devem respeitar os costumes e tradições das comunidades Guarani/Kaiowá e devem ser elaborados pelos próprios professores junto com as lideranças e comunidades. Os professores Guarani/Kaiowá ... devem ter uma capacitação específica. As escolas Guarani/Kaiowá devem ter seus próprios regimentos... Que as iniciativas escolares próprias das comunidades Guarani/Kaiowá sejam reconhecidas e apoiadas pelos municípios, Estado e União...”

No III Encontro, em 1992, os GK voltam a afirmar que querem seu próprio modelo de escola, *“para que o povo Guarani comece a encontrar os primeiros passos para nossa autonomia”*. Mas se dão conta que *“para que essa escola guaraniete (guarani mesmo) se reafirme cada vez mais, é necessário muitas reuniões nas comunidades como forma de conscientizar o povo Guarani da importância de termos a escola do jeito que queremos”*.

Aconteceram sete encontros até fevereiro de 1996.

A mobilização dos professores Kaiowá/Guarani, sempre informados e presentes nos acontecimentos com apoio do Cimi, já garantiu, por exemplo, que o Conselho Estadual de Educação (1995) emitisse parecer contrário à proposta de um único regimento escolar para todas as escolas indígenas do Estado. Por outro lado, suas idéias e reivindicações ajudaram também a elaborar as Diretrizes Gerais da Educação Escolar Indígena no Mato Grosso do Sul (1992) e a normatizar a regulamentação das escolas indígenas através da Deliberação n. 4324/95 do Conselho Estadual de Educação (1995).

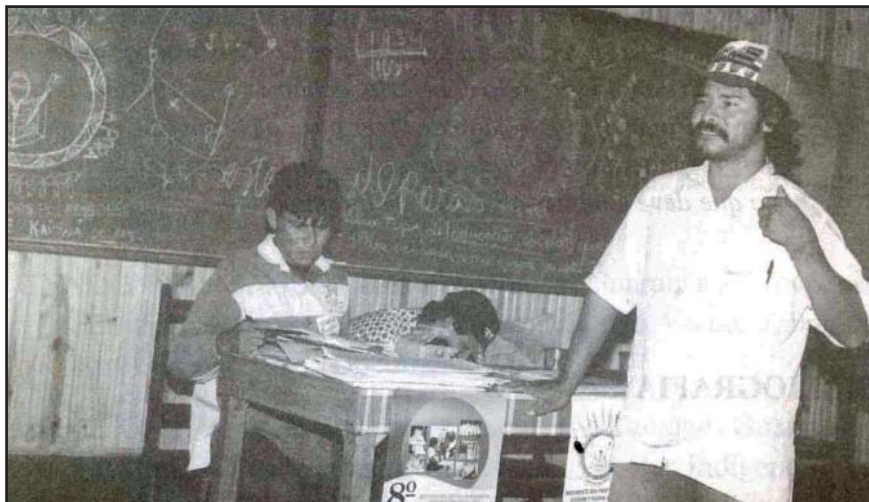


Foto: José Manfrói

8º Encontro de Professores Guarani e Kaiowá. Organizado pelo Movimento de Professores Guarani e Kaiowá, com o apoio do Programa Kaiowá/Guarani.

Finalmente, depois de quatro anos e de muitas correspondências enviadas pela Comissão dos Professores Guarani e Kaiowá, a SEE cria em 1995 o NUEEI (Núcleo de Educação Escolar Indígena), por deliberação da Portaria 559/91. Embora tenha sido elaborado sem a participação dos índios ou de outras organizações não governamentais, os Kaiowá/Guarani têm uma presença marcante, no sentido de que seja realmente um espaço oficial democrático de decisões e encaminhamentos sobre a escola indígena no Mato Grosso do Sul .

Para finalizar, destaco mais um trecho do relatório dos professores Kaiowá/Guarani ao Secretário de Educação (1995):

“Queremos com a ajuda da escola, com uma educação que responda às nossas necessidades, conquistar a autonomia sócio-econômica e cultural e sermos reconhecidos como cidadãos etnicamente diferentes. Neste processo, a escola tem um papel fundamental. Não queremos mais que a escola sirva para desestruturar nossa cultura e nosso jeito de viver, que não

passa mais para nossas crianças a idéia de que somos inferiores e que, por isso precisamos seguir o modelo dos brancos para sermos respeitados. Pelo contrário, achamos que temos muito para ensinar do nosso jeito de viver para os brancos e queremos respeito da sociedade que se diz democrática e do governo que deve cumprir a lei que ele mesmo criou.”

BIBLIOGRAFIA

- FERREIRA, Mariana Kawall Leal. *Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de São Paulo.
- MATO GROSSO DO SUL. Conselho Estadual de Educação, Deliberação n. 4324/95. *Diário Oficial do Estado*, Campo Grande, n. 4127, p. 3, 26 set. 1995.
- _____. Conselho Estadual de Educação, Parecer n. 167/95. *Diário Oficial do Estado*, Campo Grande, n. 4081, p. 7, 20 jul. 1995.
- _____. Secretaria de Educação. *Diretrizes Gerais/Educação Escolar Indígena*. Campo Grande : SED/MS, 1992. (Cadernos Políticas Educacionais, vol. 2).
- MEC. *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena*. Brasília. (Cadernos educação básica, série institucional, 2).

Documentos indígenas:

I ENCONTRO de Professores e Lideranças Guarani e Kaiowá sobre Educação Escolar Indígena - Vila São Pedro. Dourados, junho de 1991 (Documento final).

II ENCONTRO de Professores e Lideranças Guarani e Kaiowá sobre Educação Escolar Indígena - Aldeia Limão Verde. Amambai, novembro de 1991 (Documento final).

III ENCONTRO de Professores, Lideranças e Caciques Guarani (Pãi Tavyterã e Ñandeva) sobre Educação Escolar Indígena – Vila São Pedro, setembro de 1992 (Documento final).

PROPOSTA de Regimento Escolar das Escolas Kaiowá/Guarani. (Última versão elaborada a partir da última discussão feita durante o 6º Encontro de Professores e Lideranças Guarani e Kaiowá). Movimento dos Professores Guarani e Kaiowá do MS, 1995.

RELATÓRIO ao Secretário de Educação do Estado, Aleixo Paraguassu (anexo de documento elaborado na Aty Guasu). Caarapó, março de 1995.